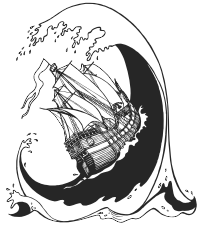


*QUO VADIS, EUROPA?*



CONTRACORRENTE



ANTÓNIO JOSÉ AVELÃS NUNES

*QUO VADIS, EUROPA?*

São Paulo

2016



CONIRACORRENTE

**Copyright © EDITORA CONTRACORRENTE**

Rua Dr. Cândido Espinheira, 560 | 3º andar  
São Paulo – SP – Brasil | CEP 05004 000  
www.editoracontracorrente.com.br  
contato@editoracontracorrente.com.br

**Editores**

Camila Almeida Janela Valim  
Gustavo Marinho de Carvalho  
Rafael Valim

**Conselho Editorial**

Augusto Neves Dal Pozzo  
(Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP)

Daniel Wunder Hachem  
(Universidade Federal do Paraná - UFPR)

Emerson Gabardo  
(Universidade Federal do Paraná - UFPR)

Gilberto Bercovici  
(Universidade de São Paulo - USP)

Heleno Taveira Torres  
(Universidade de São Paulo - USP)

Jaime Rodríguez-Arana Muñoz  
(Universidade de La Coruña – Espanha)

Pablo Ángel Gutiérrez Colantuono  
(Universidade Nacional de Comahue – Argentina)

Pedro Serrano  
(Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP)

Silvio Luís Ferreira da Rocha  
(Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP)

**Equipe editorial**

Carolina Ressurreição (revisão)  
Denise Dearo (design gráfico)  
Mariela Santos Valim (capa)

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

N972 NUNES, António José Avelãs.  
*Quo Vadis, Europa?* | António José Avelãs Nunes – São Paulo: Editora Contracorrente,  
2016.  
ISBN: 978-85-69220-07-7  
Inclui bibliografia  
1. Direito. 2. Direito Constitucional. 3. Economia. 4. Geografia. 5. Ciência  
Política. 6. Sociologia.

CDU - 346.1

---

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

# SUMÁRIO

<b>AS AGRURAS DO HOMEM NO ESTADO ENDEVIDADADO – Prof. Fernando Facury Scaff .....</b>	<b>7</b>
<b>SÓ DUAS PALAVRAS .....</b>	<b>15</b>
I. O MOVIMENTO FEDERALISTA EUROPEU.....	19
II. DO TRATADO DE ROMA À ‘CONSTITUIÇÃO EUROPEIA’	25
III. A ‘EUROPA’ CONSTRUÍDA “À PORTA FECHADA” .....	39
IV. A SOCIAL-DEMOCRACIA EUROPEIA CONVERTEU-SE AO NEOLIBERALISMO .....	47
V. OS ‘MERCADOS’ GOVERNAM A ‘EUROPA’ .....	73
VI. A ‘EUROPA’ NÃO É UM ESPAÇO SOLIDÁRIO.....	95
VII. O TRATADO DE MAASTRICHT: O ‘MODELO SOCIAL EUROPEU’ EM CAUSA .....	119
VIII. A UEM: O “FRACASSO DE UMA FANTASIA” .....	127
IX. A ‘EUROPA’ E A CRISE. A CRISE DA EUROPA.....	145
X. O TRATADO ORÇAMENTAL: UM “GOLPE DE ESTADO EUROPEU” .....	159
XI. O PACTO PARA O CRESCIMENTO E EMPREGO E O PACTO DE RESPONSABILIDADE DE HOLLANDE .....	175

ANTÓNIO JOSÉ AVELÃS NUNES

XII.	O <i>EURO ALEMÃO</i> É UMA AMEAÇA PARA A EUROPA	183
XIII.	A “REVOLUÇÃO CONSERVADORA” E AS POLÍTICAS DE AUSTERIDADE .....	193
XIV.	AS <i>POLÍTICAS DE AUSTERIDADE</i> SÃO INIMIGAS DA DEMOCRACIA.....	211
XV.	A MIRAGEM DAS <i>EURO-OBRIGAÇÕES</i> .....	233
XVI.	A PROMESSA DE UM <i>IMPOSTO SOBRE AS TRANSAÇÕES FINANCEIRAS</i> .....	239
XVII.	A <i>UNIÃO BANCÁRIA</i> .....	247
XVIII.	A FALSIDADE DA SOLUÇÃO FEDERALISTA.....	261
XIX.	O PRINCÍPIO MALDITO DA REESTRUTURAÇÃO DA DÍVIDA SOBERANA .....	279
XX.	A HIPÓTESE DA SAÍDA DO EURO .....	297
XXI.	‘PROBLEMA GREGO’ OU ‘PROBLEMA ALEMÃO’?.....	311
XXII.	A ‘EUROPA’ ESTÁ TODA ERRADA, É PRECISO PASSÁ-LA A LIMPO .....	345
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	353
	<b>ÍNDICE DE ASSUNTOS</b> .....	361

# AS AGRURAS DO HOMEM NO ESTADO ENDIVIDADO

Fernando Facury Scaff\*

1. *Para onde vais, Europa?* A despeito da questão apresentada no título ser formulada apenas a respeito do continente europeu, penso que podemos considerá-la universal, para os dias que correm.

2. Há quem acredite que, através do pagamento de tributos, o homem saiu de sua condição de servo e se transformou em cidadão.

Antes, haveria um *Estado Patrimonial*, em que o homem não possuía liberdade, sendo um *servo da gleba*, vinculado à terra que cultivava para seu amo, dono e senhor. O pagamento das corveias e das talhas era feito em trabalho ou em produtos, não havendo nenhuma autonomia ou reconhecimento de direitos entre as partes envolvidas. Apenas subordinação e subjugação de um homem pelo outro, fruto do sistema econômico estratificado existente. Um pagava porque era de um *status* inferior e o outro recebia porque era de um *status* superior. Não havia nenhuma relação jurídica que obrigasse o uso

---

\* Professor da Universidade de São Paulo. Livre-docente e Doutor em Direito pela USP. Professor da Universidade Federal do Pará. Advogado. Sócio do escritório Silveira, Athias, Soriano de Mello, Guimarães, Pinheiro e Scaff – Advogados.

desses recursos em prol do bem de todos, ou que se caracterizasse como uma fórmula de reconhecimento de autonomia pessoal daqueles que pagavam.

As relações sociais eram assim “porque sempre haviam sido desse jeito”. Os homens, em qualquer posição que estivessem nesse contexto, não conseguiam se ver de outro modo que não fosse aquele.

O Estado era o Rei, como na célebre frase de Luiz XIV, avô do guilhotinado Luiz XVI – o que bem demonstra a mudança que iria ocorrer. E, como Rei, recebia recursos pagos por seus vassallos, justamente por serem vassallos, e ele ser seu soberano.

3. Após várias revoluções burguesas em que este segmento social se insurgiu contra o estado de coisas acima brevemente esboçado, foi sendo criado, paulatinamente, um sistema em que as pessoas pagariam um valor em dinheiro, de forma periódica, desde que tivesse por substrato uma situação que revelasse capacidade econômica para pagamento, e, suprema necessidade, essa obrigação de pagar fosse autorizada pelo Parlamento – que supostamente seria eleito e representaria todo o povo. Essa fórmula revolucionária foi o *tributo*, que apartou o patrimônio do Rei daquele que seria o patrimônio do Estado. Surge daí o *Estado Fiscal*, no qual a figura do tributo aparece como o *preço da civilização*. Mediante o recebimento de tributos, que todas as pessoas devem pagar, o Estado se obriga a prestar serviços públicos em prol da sociedade. Desta maneira, ultrapassa-se a fase histórica anterior, surgindo direitos e deveres recíprocos entre as partes envolvidas.

A estratégia então vigente era que as receitas arrecadadas em um dado período fossem suficientes para cobrir as despesas necessárias dentro do período correspondente, havendo assim um *orçamento equilibrado*. Dessa forma, cada Estado deveria viver com o montante que tivesse sido autorizado a arrecadar de tributos por parte de seus cidadãos.

Claro que remanesciam problemas, pois uns pagavam mais do que outros, e, muitas vezes, se constatava que existiam aqueles que nada pagavam, muito embora tivessem expressivos signos de riqueza que admitiriam o suporte de carga tributária. E, mais ainda, as receitas públicas



## QUO VADIS, EUROPA?

administradas pelos governos nem sempre focavam no interesse de toda a sociedade, sendo mais frequente o foco nos interesses do segmento burguês na sociedade, que, afinal, fez as revoluções que desembocaram nesse modelo de Estado. Não estava na pauta de análise desse Estado a redução das desigualdades sociais e regionais, pois servia muito mais como suporte para o desenvolvimento de relações econômicas desiguais que eram mantidas e se potencializavam. O Estado, nessas situações, se revelava muito mais um fiador da manutenção das desigualdades que um instrumento para sua ultrapassagem.

4. Desde meados do século XX a dinâmica do *Estado Fiscal* foi acelerada. Após a Segunda Guerra Mundial, acentuaram-se as características da sociedade de consumo, *espetacularizada*, onde a produção em massa de bens e serviços e o desenvolvimento de mecanismos de *marketing* geravam cada mais um desejo de consumo no seio da sociedade, como condição de bem estar. Tornou-se mais importante *ter* bens do que *ser* uma pessoa com autonomia e independência. Aliás, em muitos casos, a exteriorização da posse desses bens se tornou mais importante do que sua pertença – ter mais carros, mais roupas, mais computadores de última geração, mais objetos suntuários, mais tudo. E o *efeito de imitação* generalizou este tipo de comportamento. Isso impactou fortemente as necessidades públicas, pois onde havia um patamar mínimo de prestações civilizatórias a serem concedidas pelo Estado, passou-se a exigir cada vez mais suporte para essa disputa inglória entre pessoas, empresas, sociedades e países. Afinal, mais *desejos privados* geram mais *necessidades públicas* a serem custeadas por todos.

Ocorre que essa *sociedade desejan*te tem um foco absolutamente individualizado, onde não se reconhece *o outro*, logo, a ideia de se pensar a sociedade como um todo, onde agimos e interagimos coletivamente, foi deixada de lado. O *desejo* é algo individual, e implica em se ter tudo que se quer, sem leis, regras ou limites, a qualquer tempo e hora. Não há cunho social no desejo, apenas o “eu quero”.

Essa *sociedade desejan*te, fortemente individualizada, quer obter prestações civilizacionais de forma cada vez mais rápida, porém não tolera a ideia de aumentar a carga tributária. *Mais estradas, escolas, hospitais, transporte público, lazer, teatros, segurança...*, era preciso ter tudo isso

agora, já, para que os atuais membros dessa sociedade gozassem desse novo patamar de vida, não sendo possível aguardar a formação de poupança pública para fazer frente a tantos desejos. Aumentar a poupança da sociedade para satisfazer a esse novo patamar de necessidades públicas implicaria na modificação de hábitos econômicos, sendo uma tarefa de longo prazo. Como proceder à isso de forma acelerada?

A fórmula encontrada foi a da intensificação do *endividamento público*, através do qual se obtém recursos *agora*, para pagamento *futuro*. É em razão dessa troca entre *gasto público atual*, mediante recursos hauridos por empréstimos, e o *comprometimento de renda futura* para seu pagamento, que se costuma dizer que *empréstimos são tributos antecipados*, ou seja, comprometem os tributos que serão arrecadados pelas futuras gerações para pagamento dos gastos realizados pela atual geração. Isso ocorreu em todos os países da chamada *civilização ocidental*.

Surge daí o *Estado Endividado*, que nos leva ao debate sobre *sustentabilidade orçamentária*, que congrega não apenas as usuais categorias de *receita* e *gasto* públicos, acrescentando a do *crédito público* e o debate sobre a *qualidade* do gasto.

5. O fato é que o *capital não tem fronteiras*, e o *Estado Endividado* é uma realidade nos dias que correm. A crise europeia relatada por Avelãs Nunes nesta obra, e a crise brasileira desta segunda década do século XXI, demonstram que não se trata de um fenômeno isolado. Trata-se da decadência de um modelo adotado pelos países ocidentais, baseado no financiamento do Estado através do *capital financeiro*, que submete as decisões de Estado à sua lógica e sistema de apropriação de excedentes.

Se antes, durante o Estado Patrimonial, a crise era decorrente de um déficit de cidadania, e durante o Estado Fiscal a crise era de legitimidade entre o que era arrecadado de todos e usado em prol de alguns, agora, durante esta fase *desejante* da sociedade atual, o *Estado Endividado* gera crises pela apropriação dos excedentes, subordinando até mesmo o capitalismo industrial, o comercial e o agrário às determinações do capitalismo financeiro – além dos trabalhadores, claro. *A mais valia* se tornou mais diáfana que o ar. Está embutida em tudo que consumimos, e não apenas

## QUO VADIS, EUROPA?

na extração das relações de produção, entre capital e trabalho. Sujeitamo-nos, todos, ao papel de pagadores de juros das promessas civilizatórias de uma sociedade *desejante*.

Os desequilíbrios socioeconômicos permanecem, dentro e fora das fronteiras nacionais, em face da acumulação histórica do capital e de sua completa globalização. Os fatos se aceleram e todos pagamos em favor de alguns poucos. Isso ocorre mesmo na União Europeia, que se pretende uma *constelação pós-nacional*, mas que se configura em uma sociedade sem povo nem cultura comuns – qual a identidade entre um cidadão português e um cidadão alemão, além de terem nascido no mesmo continente, aglomerado geopolítico? Parece claro que não existe um *povo europeu*, o que bem demonstra o *déficit democrático* das tentativas de coordenação política em torno de uma Constituição Europeia, como ensina Avelãs Nunes nesta obra. Sendo assim, em prol de quem está sendo construída esta estrutura política? A resposta dada por Avelãs revela o capitalismo financeiro como o grande artífice desse movimento.

Consoante Avelãs, por toda parte se ouve falar de “*reformas estruturais, de regras de ouro, da independência dos bancos centrais, da reforma do estado, de finanças sãs, da necessária reforma do estado social, do papel insubstituível das agências reguladoras independentes, dos benefícios da concertação social, da flexibilização do mercado de trabalho, da necessidade de ‘libertar’ a ação política do controle do Tribunal Constitucional*”. Isso desaguou no *Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governança na União Econômica e Monetária* (TECG), assinado em Bruxelas em 2 de março de 2012, conhecido como *Tratado Orçamental*, que, nas palavras de Avelãs, se caracteriza como um novo “pacto colonial”, aprofundando as diferenças sócioeconômicas entre os países da eurozona.

E a resposta a esta indagação, segundo o Autor, é sempre a mesma: “o absurdo *argumento TINA* (There Is No Alternative) de que *não há alternativa* ao mercado, ao capitalismo e ao neoliberalismo, um ‘argumento’ que é uma ofensa à nossa inteligência e à nossa liberdade”.

Além da estrita análise europeia, isso pode ser perquirido ao longo do globo em diversos graus. A esperança de uma sociedade mais livre,

ANTÓNIO JOSÉ AVELÃS NUNES

justa e solidária se dissolve no ar que nos sufoca, transformando-se em uma miragem no deserto.

Antes, durante o Estado Patrimonial, o enfeudamento se dava entre pessoas, suserano e vassalo. Hoje, no Estado Endividado, o enfeudamento ocorre entre países, subordinando os mais pobres aos mais ricos, sob o pálio do capital financeiro, retirando a essência de sua soberania. Se antes haviam pessoas de 1ª e de 2ª classe, hoje existem países de 1ª e de 2ª classe. A dominação não mais ocorre de forma direta, entre pessoas, mas de maneira difusa, entre a população de diferentes países – os que permanecerão usufruindo das benesses de um Estado Social às custas daqueles que terão que sair pela porta dos fundos desse sistema. Ao invés de redimir o homem, o sistema atual agrava o problema, com a minoria subjulgando a maioria das populações, que só terão a miragem como válvula de escape para alcançar as promessas civilizatórias da modernidade.

6. Exposta a situação acima, existe algo que possa ser feito? Uma longa caminhada começa com o primeiro passo, como nos lega a sabedoria taoísta. Logo, o primeiro passo é desvelar a situação posta, a fim de que a possamos compreender e tomar posição frente à ela. Aqui se insere o texto de Avelãs Nunes, que desnuda a situação europeia, e nos dá lições para compreender a mecânica financeira que assola aquele continente e nos permite analisar o que se passa em *terra brasilis* e no mundo.

Quem é Avelãs Nunes, que nos guiará por este caminho? Trata-se de um renomado autor já conhecido do público brasileiro. Desde sua tese de doutorado em Economia Política na Universidade de Coimbra, Portugal, intitulada na versão comercial como *Industrialização e Desenvolvimento*, se debruçou sobre o processo de desenvolvimento econômico do Brasil, e, a partir daí, nunca deixou de estar presente na doutrina brasileira. Para além da sua tese de doutoramento, vários livros seus estão editados no Brasil, dentre eles *O Direito de Exclusão de Sócios nas Sociedades Comerciais*, *Neoliberalismo e Direitos Humanos*, *Os Tribunais e o Direito à Saúde*, *O Estado Capitalista e as Suas Máscaras*, dentre outros de sua vasta bibliografia.

## QUO VADIS, EUROPA?

Sua relação com o Brasil não se resume à circulação de sua obra entre nós, nem mesmo por suas menções sobre o Brasil em vários de seus livros, ou pelos inúmeros amigos que aqui possui, amigos que, em 2009, por ocasião da sua Jubilação, lhe ofereceram um *Liber Amicorum*. Em 1986 foi agraciado pelo Presidente da República com a Ordem do Rio Branco; em 1999 recebeu da Associação dos Advogados de Minas Gerais a Comenda “Professor Gerson Boson”, como “personalidade de destaque no ano de 1998”, pelos “relevantes serviços prestados à causa pública e ao aprimoramento das instituições democráticas e jurídicas”; é Professor *Honoris Causa* da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Alagoas; é Doutor *Honoris Causa* pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná; é Doutor *Honoris Causa* da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Paraíba. E, mediante convite do Ministério da Educação do Brasil, participou, em 2001, em 2004 e em 2007, como observador estrangeiro nos trabalhos da Comissão de Avaliação Trienal dos Cursos de Pós-Graduação em Direito (Mestrado e Doutorado), pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior).

Entre 1996 a 2000, durante dois mandatos, António Avelãs Nunes foi eleito Presidente do Conselho Diretivo da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, universidade de que foi Vice-Reitor entre 2003 e 2009.

Atualmente é Vice-Presidente da Direção do Instituto de Direito Comparado Luso-Brasileiro e Membro Honorário da Academia Brasileira de Letras Jurídicas, além de ativo escritor de sábias letras jurídicas, como se pode verificar pelas que constam deste livro.

7. Após a compreensão, a ação como próximo passo. Por isso é importantíssimo este livro que tenho a honra de prefaciar, a fim de que possamos nos dar conta do que está acontecendo no mundo, desvendado por Avelãs. Aparentemente ele escreve sobre a Europa, mas, na verdade, fala sobre o mundo atual. Seu conterrâneo Fernando Pessoa<sup>1</sup> escreveu:

---

<sup>1</sup> Alberto Caeiro, *O Guardador de Rebanhos*, VII.

ANTÓNIO JOSÉ AVELÃS NUNES

“Da minha aldeia vejo quanto da terra se pode ver do Universo...  
Por isso a minha aldeia é tão grande como outra terra qualquer,  
Porque eu sou do tamanho do que vejo  
E não do tamanho da minha altura...”

Avelãs fala a partir de sua aldeia, mas ela é tão grande quanto outra terra qualquer. Tão grande como o mundo.

*Quo vadis, mundo?* – esse é o título verdadeiro desta obra, como poderá ser conferido no texto.

Boa leitura. Espero que, compreendendo a realidade, possamos dar os próximos passos e passar à ação, para mudar o estado de coisas aqui exposto, atualmente presente em toda a civilização ocidental.

E não há tempo a perder. Porque “quem sabe faz a hora, não espera acontecer” (Geraldo Vandré). “Porque quem espera nunca alcança” (Chico Buarque).

São Paulo, setembro de 2015

## SÓ DUAS PALAVRAS

Devo à amizade do meu Colega Gilberto Bercovici e à amizade e coragem do Editor (o meu Colega Rafael Valim) o privilégio de editar no Brasil este estudo sobre a Europa deste nosso tempo e deste nosso mundo. A ambos agradeço penhoradamente.

Quem escreve regularmente (por gosto, por dever de ofício ou por imperativo de cidadania) sabe que, em regra, passamos a vida a escrever, se não as mesmas coisas, pelo menos sobre as mesmas coisas. E muitos dos que se dão à escrita sabem também que, quase sempre, aquilo que escrevemos já foi alguma vez escrito por outrem, ainda que sob forma diversa ou em contexto diferente.

É claro que eu não fujo à regra. A minha preocupação é a de tentar entender o que se passa à minha volta. Para isso, procuro estudar os problemas em pauta, ‘conversando’ com outros autores, trazendo à ‘conversa’ aqueles que podem confortar-me com as suas ideias, mas não dispensando aqueles que, por partirem de premissas diferentes das minhas e por pensarem de modo diferente, me obrigam a trabalhar mais e a refletir mais aturadamente, na esperança de poder encontrar argumentos que possam anular os dos meus ‘opositores’.

Este é o meu processo de trabalho. E, logo que chego a alguma conclusão, sinto uma necessidade enorme (talvez por uma espécie de dever moral e cívico) de passar ao papel as minhas ideias, para as oferecer à crítica (sem ela não progredimos) e para (presunção minha, talvez)

ANTÓNIO JOSÉ AVELÃS NUNES

tentar ajudar a refletir quem saiba menos do que eu e para estimular a reflexão daqueles que têm mais capacidades e melhores condições do que eu para avançar no conhecimento das matérias estudadas.

Os textos que agora se publicam surgiram assim e constituem o resultado do estudo de (e da reflexão sobre) problemas que me preocupam há anos, e já foram apresentados, com redações diferentes e com diferente enquadramento, em colóquios, em revistas e até em livros, nomeadamente em Portugal.

Resta-me esperar que o livro possa ser útil, porque isto é o melhor que sempre desejo para os meus livros.

**António Avelãs Nunes**